

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA  
(ABED)

I ENCONTRO NACIONAL

AS RELAÇÕES CIVIS – MILITARES:

O PONTO DE VISTA ÉTICO-PROFISSIONAL

Autor:

ANTÔNIO ALBERTO MARINHO NIGRO  
Contra-Almirante(Ref)

Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense

## RESUMO

As relações entre os segmentos civis e militares evoluem com o desenvolvimento político, econômico e cultural da sociedade. Assim a História tem revelado desde a Antiguidade até o Pós-Guerra Fria. A nitidez da fronteira entre os assuntos de natureza civil e os de natureza militar adquiriu maior intensidade após as Guerras Napoleônicas, durante a Revolução Militar Prussiana conduzida por Scharnhorst e Gneisenau, e pela disseminação das obras de Clausewitz por meio da Academia de Guerra de Berlim. Seus reflexos são sentidos em todo o mundo até a II Guerra Mundial.

O advento da arma atômica aliado a outras condicionantes para o emprego das Forças Armadas, a corrida armamentista durante a Guerra Fria e o seu fim vieram alterar os padrões de relacionamento entre civis e militares em todo o mundo. A nitidez da demarcatória entre temas civis e militares esmaeceu.

Atualmente, a questão exige atenção especial para os assuntos de defesa e para a prestação de outros serviços essenciais como evidenciado pela atual crise do transporte aéreo no Brasil.

A abordagem do tema a partir do ponto de vista ético-profissional empresta consistência diante do seu grau de abstração, uma vez que, princípios éticos não são afetados por questões conjunturais. O advento da penicilina e dos antibióticos não alterou valores ético-profissionais do médico. Da mesma forma, a arma nuclear ou o fim da Guerra Fria não abalaram os fundamentos da ética profissional-militar.

## Índice

Resumo	02
Introdução	04
Graus de Segurança	05
Função Militar	06
Ética Profissional Militar	08
Condicionantes da Paz	12
Conclusão	15

## 1.0 Introdução

Considero a incerteza como a característica mais instigante para o pensamento estratégico, quando limitamos o sentido de Estratégia ao preparo e às justificativas do emprego das Forças Armadas.

A incerteza decorre da velocidade com que ocorrem as transformações no ambiente internacional e é portadora de estranha insegurança para os que se debruçam perante questões estratégicas, correlacionadas com a defesa de uma sociedade e dos seus aliados. O fim da Guerra Fria acelerou o ritmo dessas transformações e estendeu-as do setor tecnológico, para o político, onde se insere as relações entre civis e militares.

Neste ensaio serão identificados os graus de segurança ou de insegurança, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. As necessidades e graus de liberdade indispensáveis para assegurar ambiente pacífico para o desenvolvimento de uma sociedade.

Qual o papel prioritário dos militares nesse contexto? O que balizará as relações desses profissionais com o restante da sociedade que os sustenta, prepara e decide empregá-los em prol do seu fortalecimento? Uma sociedade ao se auto enfraquecer nega o direito de auto governo para suas futuras gerações.

Reconhecida a função social dos profissionais militares, mais facilmente decorrerão as relações entre os segmentos civis e os militares, numa mesma sociedade. Em outras palavras, a função militar define o grau de profissionalismo das Forças Armadas e os cânones do relacionamento entre os leigos e os profissionais militares. Mais precisamente, a Ética Profissional Militar. Esta, por sua vez, serve de instrumento de avaliação do grau de profissionalismo das Forças Armadas.

A garantia da Paz surge como a natural contrapartida aos esforços despendidos com as ações de defesa. As imprecisões das análises prospectivas e da identificação dos principais fatores condicionantes da Paz constituem-se na essência do relacionamento entre a elite política civil e os profissionais do topo da hierarquia

militar. Os dilemas entre subordinação e subserviência; coragem moral versus paixões, entre outros, passam a definir a postura e o compromisso com as conseqüências dos atos das autoridades civis e militares para com as futuras gerações. É o que veremos a seguir.

## 2.0 Graus de Segurança.

A Segurança, para fins desta análise, pode ser fatiada em três partes: a particular; a pública; e a da Sociedade como um todo. Esta última assim definida para evitar resistências à expressão Segurança Nacional, sujeita a interpretações contraditórias.

A Segurança particular é garantida pelo comportamento do indivíduo ao evitar transtornos no seu relacionamento interpessoal, tanto no ambiente familiar quanto profissional. É garantida também pela aquisição de bens e serviços de proteção, para si próprio, e para os seus dependentes – seguros de saúde, automóvel, educação entre outros. Portanto, varia com o poder aquisitivo de cada um. Claro está que quem investe num seguro de um automóvel adquire maior tranqüilidade e liberdade no seu uso. Especialmente onde há insegurança pública. As iniciativas de segurança particular não substituem as da Segurança Pública; compensam em parte a sua ausência ou deficiência.

A Segurança Pública, dever do Estado, também se destina ao indivíduo, na condição de cidadão, e às propriedades privadas. Exige, prioritariamente, ações policiais e jurídicas. Onde existe segurança pública o cidadão desfruta de maior grau de liberdade e de tranqüilidade para o exercício da sua profissão, do lazer, e da criação dos seus dependentes.

Nesse sentido, a Segurança Pública pode ser entendida como um produto do Estado oferecido ao cidadão, similar ao seguro oferecido ao indivíduo, em troca de tributo e de prêmio, respectivamente. Mais ainda, como parte do Contrato Social, o Estado também cobra obediência à Lei em contrapartida da Segurança Pública. Logo, esta se restringe sobre o Território de abrangência jurisdicional do Estado, em outras palavras, a Segurança Pública serve de antídoto contra riscos intestinos à Sociedade.

O Contrato Social, em síntese, fundamenta-se na troca de obediência por proteção contra riscos de qualquer natureza. Riscos tanto intestinos quanto advindos do ambiente externo à Sociedade e que pode afetá-la como um todo, não somente ao conjunto dos cidadãos, mas também aos seus interesses. Estes riscos têm suas raízes no difuso ambiente internacional, submetido a freqüentes reacomodações de poder entre atores Estatais e não governamentais.

A Segurança da Sociedade como um todo apresenta maior grau de complexidade e de intangibilidade do que as anteriormente comentadas – a Particular e a Pública. Desconsiderá-la enfraquece a Sociedade e quanto mais distante a proteção maior a vulnerabilidade da Sociedade. Implica serviço de profissionais indispensáveis ao funcionamento, ou desenvolvimento ou fortalecimento da Sociedade, com maior ênfase nos Diplomatas e nos Militares.

Em resumo, podemos afirmar que a Sociedade exige três graus de Segurança para o seu desenvolvimento – o Particular, o Público, e o da Sociedade como um todo – o que por sua vez exige serviços de profissionais especializados para cada um desses graus.

### 3.0 Função Militar

Vimos no item anterior que a Segurança pode assumir três conotações distintas, em função do ponto de vista de quem dela se beneficia: o indivíduo particularmente, o cidadão e a Sociedade como um todo. Neste último caso, os diplomatas e os militares foram mencionados como os profissionais correlacionados à prestação desse benefício e voltados precipuamente para riscos advindos do ambiente internacional. Em outras palavras, destinados a manter ou conquistar a Paz contra ameaças externas à Sociedade.

A utilidade da função diplomática é percebida com maior clareza por envolver-se com questões do cotidiano, como as comerciais, culturais, entre outras, o que já não ocorre com a militar. Ainda mais, por vezes, militares e lideranças políticas das sociedades que os sustentam cometem equívocos na destinação desses profissionais.

Em tempos de Paz, em qualquer parte do mundo, militares já foram e continuam sendo empregados como cobradores de impostos, camponeses, atletas, policiais, professores, construtores, entre outras atribuições, como medida de economia para o Estado.

O fim da Guerra Fria tornou evidentes as diferenças de percepção da utilidade da função militar. Tanto a leste quanto a oeste da antiga Cortina de Ferro, onde a democratização e a aceleração da globalização econômica se fizeram sentir. Em paralelo, esses fenômenos têm contribuído para a difusão de valores cultuados pelas principais democracias do Ocidente, hoje naturalmente com maior poder de persuasão.

Nesse contexto, a Paz está para o militar profissional da mesma forma que a Saúde está para o Médico; a Segurança Pública para o Policial; a Educação para o Professor; a Justiça para o Magistrado; e a satisfação do mercado para o Empreendedor.

Relevante registrar que a História assim o tem demonstrado desde a Antiguidade Clássica. Entretanto, para os fins deste ensaio, nos parece suficiente recuar até o final das Guerras Napoleônicas, quando o moderno profissionalismo militar adquiriu contornos mais precisos por meio das reformas introduzidas por Scharnorst na então reinaugurada Academia de Guerra de Berlin, a partir de 1810.

Ali, após a débâcle de Iena, os prussianos parecem ter emprestado razão e método ao que Napoleão tinha alcançado mais pela paixão revolucionária do que pela ortodoxia jominiana. As reformas se intensificaram ao longo da década dos Vinte do Século XIX, sob a Direção de Clausewitz, e o pensamento militar profissional permanece até os dias de hoje, por meio da difusão da obra deste filósofo da Guerra, mesmo com o fechamento daquela Escola em 1945. As obras de Sun Tzu, de Maquiavel e de Mahan também balizam o pensamento profissional militar, até os dias de hoje. Na essência, essas obras são complementares.

A Guerra Fria, em seqüência à II Guerra Mundial, também foi modelada pelo pensamento estratégico de Clausewitz, onde o advento da arma nuclear passou a dificultar a justificativa de emprego dos meios militares diante dos fins políticos. Por outro lado, aquelas idéias foram exploradas para explicar o uso de forças

militares, na “Guerra Revolucionária” contra inimigos ideológicos “infiltrados” no interior das sociedades, em ambos os lados da Cortina de Ferro.

Vale a ressalva de que, enquanto ativa a Academia de Guerra de Berlin, mesmo sob o obscurantismo nazista, foi necessária a criação de forças para-militares, as SS, e de uma polícia especializada, a GESTAPO, para tarefas não compatíveis com a ética profissional disseminada por aquela Academia.

Após 1945, a SS e a GESTAPO foram extintas. Exército, Marinha e Força Aérea continuaram existindo tanto na República Federal quanto na Democrática. Isto se deve ao fato de que a ética e a moral militar praticada e aceita por uma sociedade serve para medir o grau de profissionalismo das suas forças armadas. Conseqüentemente, o tipo de relacionamento entre as lideranças políticas e os Comandantes militares, governamentais.

#### 4.0 Ética Profissional Militar

Constata-se uma tendência, principalmente no Ocidente, em rejeitar a Guerra como instrumento da Política, por uma série de razões, entre as quais se destacam: prioridade do bem estar em detrimento da glória do Estado; a virulência da arma nuclear; a difusão da informação, a porosidade das fronteiras nacionais e o massacre deliberado das populações civis, a partir do bombardeio aéreo de Guernica.

Há quem presuma que a Guerra venha a tornar-se um tabu, como o incesto. Portanto, uma questão moral. Na verdade, sempre houve a necessidade de justificar-se a Guerra; a existência de Força Armada e acredito que hoje em dia, o que se impõe aos governantes é a justificativa do emprego dessas Forças ou da atribuição de tarefas de natureza civil aos profissionais militares.

A questão, evidentemente, apresenta uma natureza ética, por estar relacionada com o consenso moral das sociedades e a consciência moral dos governantes e chefes militares. Ainda mais, é paradoxal, posto que, o que faz sentido para o indivíduo pode não fazê-lo para o grupo. O uso da força ou da violência pelo indivíduo, exceção à legítima defesa, é condenado em todo o mundo civilizado.

Por outro lado, admite-se o uso da força ou da violência na proteção do cidadão ou em defesa da sociedade, por instituições credenciadas pela própria sociedade.

Norberto Bobbio explica que a não justificação da violência individual se assenta, em última instância, no fato de ser aceita a violência controlada em nome da coletividade. O mesmo se passa com a guerra. Agostinho justificava a guerra sempre que resultasse em mal menor que o decorrente da decisão de não deflagrá-la.

Ao que parece, a ética do pacifismo se esgota na ética do indivíduo, enquanto descomprometida com as gerações futuras. O fascínio que desperta pode tornar-se perigoso por não considerar as conseqüências de possíveis reações antagônicas. Nesse sentido, Bobbio admite a evolução do conceito de *bellum justos* para o de *hostis justus* e reconhece a *communis opinio* da legitimação da guerra de defesa; da reparação de uma ofensa; e da guerra punitiva, diante do terror provocado pela perspectiva de um conflito nuclear.

Joseph Nye Jr, Vice-Secretário de Defesa de Clinton, expressa:

*"o uso da força pelas democracias modernas exige uma elaborada justificação moral para garantir apoio popular, a menos que a sobrevivência esteja em jogo. Grosso modo, há três tipos de países no mundo atual: os Estados pobres, fracos e pré-industriais, que muitas vezes são os caóticos remanescentes dos impérios derruídos; os Estados industriais modernizantes, como a Índia ou a China; e as sociedades pós-industriais que prevalecem na Europa, na América do Norte e no Japão. O uso da força é comum no primeiro tipo de país, continua sendo aceito no segundo, mas é pouco tolerado no terceiro."*

Considerando o acima exposto e que a existência de riquezas com ausência de poder constitui combinação explosiva para a manutenção da Paz, explica-se a necessidade da função militar e a essência da utilidade dessa profissão – a administração da força ou da violência pelo estado na busca ou na garantia da Paz para a sociedade, em seu todo. Especialmente em sociedades responsáveis por riquezas ou bens escassos existentes no território que as acolhem e lhes dão sustento.

A propósito, Samuel Huntington distingue o artesão do profissional. Enquanto a habilidade do primeiro só existe no presente e é dominada pelo aprendizado de uma técnica existente sem referência ao passado. O conhecimento do segundo é de natureza intelectual e é preservado pela escrita. Possui uma história e o domínio dessa história torna-se essencial para a competência profissional. Em síntese, constitui um segmento cultural da sociedade.

Acrescenta que como toda e qualquer profissão – Medicina, Direito, e outras – exige cânones que regulam o relacionamento entre colegas e leigos, ou clientes. O cliente do advogado é seu constituinte. Do médico, o paciente. Do policial, o indivíduo e sua propriedade. O do militar, deste ponto de vista, é a sociedade como um todo. À diferença dos demais, normalmente um indivíduo, o cliente do militar é coletivo e se estende por gerações. A educação profissional exige amplo lastro cultural e habilidades e conhecimentos específicos da profissão. O vínculo com os clientes cria a Responsabilidade Social e o mantido entre colegas gera o Corporativismo não compartilhado com os leigos.

Mas qual seria a especialidade essencialmente militar se no Oficialato das modernas forças armadas integram diferentes profissionais? Ainda segundo Huntington, existe uma esfera distinta de competência comum aos militares de terra, mar e ar: o combate armado bem sucedido, qualquer que seja a forma que possa assumir. A guerra ou a profissão militar é um camaleão, parodiando Clausewitz.

Assim, o dever de um Oficial militar inclui: organizar, equipar e treinar sua força; planejar as atividades da força; e dirigir as operações dentro e fora do combate. Evitá-lo se necessário for. Conseqüentemente, para o seu pleno domínio, a qualificação militar requer uma vasta base de cultura geral. Em cada período da História, os métodos de organizar e aplicar a força estão intimamente relacionados com o padrão cultural da sociedade. Assim como as Ciências Jurídicas se mesclam em suas fronteiras com História, Política, Economia, Sociologia e Psicologia, o mesmo ocorre com a qualificação Militar. Ainda mais, a especialização

militar exige progressão profissional balizada por questões de ordem técnica, tática, logística, estratégica e política.

A especialização do militar impõe-lhe uma peculiar responsabilidade social. O emprego indiscriminado dessa especialização, para proveito meramente pessoal, arruinaria a tessitura da sociedade. Tal como com a prática da Medicina, a sociedade insiste em que o emprego da força armada seja limitado a propósitos socialmente aprovados.

A habilidade do médico está no diagnóstico e no tratamento; sua responsabilidade é a saúde dos clientes. A habilidade do oficial é a administração da força; sua responsabilidade é a segurança militar do seu cliente - a sociedade. O cumprimento da responsabilidade exige domínio da especialização; o domínio da especialização impõe aceitação da responsabilidade. Tanto responsabilidade como especialização distingue o oficial e os outros profissionais dos leigos.

As motivações do oficial residem no fascínio por sua habilidade e na satisfação em empregar suas qualificações para o benefício da sociedade. A combinação desses estímulos é que constitui a sua motivação profissional.

O comportamento do oficial na estrutura militar é governado por uma complexa massa de regulamentos, costumes e tradições. O comportamento em relação à sociedade é guiado pela consciência de que suas habilitações só podem ser utilizadas para os fins aprovados pela sociedade e normalmente expresso em lei, que traduz o costume, a tradição e o espírito permanente da profissão.

A prática da especialidade, a comunhão de responsabilidades e o exercício de saudável corporativismo contribuem para que os profissionais venham agir de forma semelhante durante longo período de tempo e venha desenvolver hábitos característicos e persistentes de pensamento, ou seja, o que se costuma rotular por mentalidade, a qual serve de base para uma postura homogênea também dos militares. Um valor ou uma atitude só faz parte da ética profissional militar se for deduzido ou derivado da especialização, da responsabilidade e da organização peculiares da profissão militar, jamais governada por interesse de ordem

particular ou individual. O espírito de corpo tem origem nas falanges helênicas e permanece vivo desde as campanhas de Alexandre.

A oficialidade, qualquer que seja, só se prenderá à ética até ao ponto em que ela for profissional, isto é, na medida em que seja moldada mais por imperativos funcionais do que particulares. Poucas expressões de ética reveladas pela oficialidade indicam baixo nível de profissionalismo, ao passo que a articulação generalizada da ética indica um alto grau de profissionalismo. De mais a mais, a ética profissional militar é “não-datada e não localizada”, tal como a profissão cuja expressão intelectual representa. A ética militar constitui um padrão constante pelo qual é possível julgar o profissionalismo da oficialidade a qualquer tempo e em qualquer lugar. A bem da clareza, esse modelo ideal pode ser referenciado como a “ética profissional militar”.

A responsabilidade social compele o militar ao respeito pela hierarquia e a prática da obediência e aí reside o limite da conduta no relacionamento com as autoridades civis. Obediência não deve ser confundida com subserviência ou imobilismo perante dilemas conjunturais. A coragem moral manterá inquebrantável o compromisso com a verdade e com a responsabilidade social. Discordâncias de critério devem ser explicitadas respeitosamente. Riscos inaceitáveis para a manutenção da Paz, em caráter prospectivo, sugerem o desligamento do Serviço. Nada mais conveniente do que, nesta altura do ensaio, examinar as condicionantes da paz, no contexto pós Guerra Fria, as quais nos parecem úteis para o entendimento entre lideranças políticas civis e autoridades militares.

## 5.0 CONDICIONANTES DA PAZ

A dinâmica do panorama pós Guerra Fria faz com que os efeitos decorrentes da conjuntura internacional sejam tão inter-relacionados com os da conjuntura nacional que se torna difícil precisar um fenômeno como de origem absolutamente nacional. Entretanto, para os fins deste trabalho, vamos tratar separadamente as condicionantes julgadas como de origem predominantemente externa, daquelas de predominância interna à sociedade. E a partir dessas condicionantes, vislumbrar um modelo útil para o relacionamento entre lideranças civis e militares no Brasil.

Vejamos, em primeiro lugar, as de origem externa, compartilhadas por outras sociedades, e com maior grau de importância para aquelas dos países do entorno estratégico de interesse para o Brasil.

A Sociedade Civil Internacional passou a constituir-se em ator predominante e capaz de influir no relacionamento entre civis e militares pós – Guerra Fria. Não é novidade, houve aumento de intensidade. Basta lembrarmos que a Cruz Vermelha Internacional é uma Organização Não Governamental (ONG) com mais de cem anos em atividade, especialmente em época de conflitos. Em 1909, contabilizava-se 176 ONG e, na segunda metade do Século XX, 28.900 atuantes em pelo menos três países, como revelado pelo Relatório sobre Governança Global co-presidido por Ingvar Carlsson e Shridath Rampal. Da mesma forma, a convivência de poderosas corporações privadas transnacionais, prestadoras de bens e serviços, com estados débeis, como apontado anteriormente por Joseph Nye. Ainda neste tópico, destaca-se a relevância da liberdade de informação exercida por agentes da mídia em escala global. Neste ponto, a estanqueidade das fronteiras entre estados ruiu. Existe maior facilidade na repressão à corrupção em escala internacional e as mentes dos líderes da próxima geração compartilharão valores divulgados pela “Discovery Kids”, o que poderá vir a facilitar, futuramente, o entendimento nas relações internacionais.

O Hiato Tecnológico decorrente da desigualdade do processo da Revolução Tecnológica entre sociedades. Pelo fato dessa revolução ter sido motivada, inicialmente, por interesses militares, existem barreiras para transmissão do conhecimento entre sociedades por motivos de natureza militar, econômico, culturais, entre outros. Neste campo, a abdicação da arma nuclear não remove a ameaça de quem as possui e exige preparo de Forças Especiais capazes de realizar ações de sabotagem, similares às praticadas por terroristas, como instrumento de dissuasão.

A Segurança Internacional passou a ser adicionada aos demais segmentos tratados no item dois e vem sendo motivo de ação da Organização das Nações Unidas (ONU) na justificativa do emprego da força como previsto nos Capítulos VI e VII da Carta da ONU. Este grau de segurança passou a abranger questões do meio ambiente

associadas a iniciativas econômicas, crime internacional, ao lado das questões humanitárias. Embora haja a exceção no caso da II Guerra do Golfo. Os fluxos migratórios também se inserem nesse contexto. A liberdade de circulação de bens e serviços entre sociedades não vem acompanhada pela dos indivíduos.

Acredito que, pelo escopo deste ensaio, seja suficiente destacar essas condicionantes como principais balizadoras entre lideranças civis e militares em qualquer sociedade. Já as de ordem interna se restringem ao contexto nacional. É o que veremos a seguir.

O Brasil tem passado por experiências ricas em todas as expressões de poder, notadamente no período de transição da Guerra Fria para os dias atuais. De certa forma, a complexidade e a diversidade de situações do panorama internacional encontram-se plasmadas no interior da Sociedade brasileira. Entretanto, temos características próprias nem sempre percebidas de igual maneira por parceiros da comunidade internacional, e por nós mesmos.

O Sincretismo Étnico-Cultural não tem respaldo na Diástase Sócio-Econômica e são condicionantes com repercussão no recrutamento e na formação dos futuros líderes militares. O primeiro constitui-se em fator de força, de coesão, já o segundo contribui para a manutenção do sectarismo militar, o qual por sua vez, reforça a autonomia na irrelevância.

Raízes culturais ibéricas estimularam, ao longo da História, as Forças Armadas brasileiras a se voltarem para dois propósitos claros: a integração e o desenvolvimento nacionais. Mais ainda, até o seu emprego em guerras e o seu grau de aprestamento sempre se subordinaram àqueles propósitos. Mesmo quando estiveram próximas do poder político ou quando o exerceram, submeteram-se àqueles fins, os quais também foram causa para a tomada do poder. Em essência, pouca foi a evolução da “Política do Exército” de Góis Monteiro para o “Máximo de Desenvolvimento com Mínimo de Segurança” de Ernesto Geisel. Desse modo, o Profissionalismo Militar foi comprometido. As Forças interpretavam de per si qual a sua contribuição para aqueles objetivos e, como resultado, não se obtinha integração operacional, logística e até mesmo estratégica. A

Recuperação do Profissionalismo constitui-se condicionante básica do ponto de vista interno.

Essa recuperação exige relacionamento franco entre governantes civis e o segmento militar. Acontece que o contexto temporal das análises prospectivas de natureza estratégica não coincide com o dos interesses político-eleitorais e implica imobilismo no campo da defesa, agravado pelo conservantismo militar. Esta situação não é exclusividade brasileira e tem causado desastres e motivo de pesquisas no exterior. Como dissemos anteriormente é muito difícil caracterizar condicionantes absolutamente interna ou externa.

Em síntese, podemos alinhar o revigoramento da Sociedade Civil internacional, o Hiato Tecnológico entre sociedades, um consenso sobre Segurança Internacional e um papel mais ativo da ONU, o Sincretismo Étnico-Cultural contraposto pela Diástase Sócio-Econômica e a Recuperação do Profissionalismo militar como principais condicionantes para a manutenção da Paz em prol da Sociedade brasileira, proprietária de riquezas em seu Território, mas carente de poder para salvaguardá-las.

## 6.0 CONCLUSÃO

Concluindo, convido o paciente leitor a perceber Exército, Marinha e Força Aérea como fábricas de Forças Terrestres, Navais e Aéreas, prontas para emprego imediato e em futuro longínquo, de forma integrada na garantia da Paz hoje e para próximas gerações. Voltadas precipuamente para o ambiente internacional.

Não é uma tarefa fácil. Os insumos para essas fábricas são fornecidos por todos nós. Pessoal, material e concepções estratégicas em constante atualização. Tudo se passa como se novas regras fossem estabelecidas, mas não declaradas, porém praticadas por meio de ações e, dialeticamente, resultante dessas práticas.